

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

PROCESSO STJ N. 021101/2019**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N. 21/2020**

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
CONTRATADA: G.S.I SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI		
CNPJ: 15.219.654/0001-88		
ENDEREÇO: QOF QN 07, Conjunto 1, Lote 05, 1º andar, Riacho Fundo I		
CIDADE: Brasília	UF: DF	CEP: 71.805-772
TELEFONES: (61) 3301-7219		
E-MAIL: comercial1@grupogsi.com.br		
REPRESENTANTE: KELLY FRAGOSO SOUZA		
CPF: 602.612.261-34	RG: 1.229.617 SSP/DF	

DADOS SOBRE O CONTRATO
OBJETO: Prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar de biblioteca.

DADOS SOBRE O TERMO ADITIVO
OBJETO: Prorrogação de vigência contratual com redução dos percentuais das rubricas do "Aviso Prévio Trabalhado" e de suas incidências e reequilíbrio econômico-financeiro.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, II; art. 65, II, "d" c/c § 5º e art. 58, § 1º todos da Lei n. 8.666/1993.
UNIDADE GESTORA: Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.
OBSERVAÇÕES:

ACOMPANHAMENTO DAS ALTERAÇÕES DO VALOR DO CONTRATO	
Contrato STJ n. 21/2020	Valor do Contrato (R\$)
Valor inicial	1.087.785,60
1º TA - Prorrogação de vigência contratual com redução dos percentuais das rubricas do "Aviso Prévio Trabalhado" e de suas incidências e reequilíbrio econômico-financeiro.	1.131.152,00

PROCESSO STJ N. 21101/2019**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO STJ N. 21/2020**

Prorrogação de vigência contratual com redução das alíquotas dos percentuais do "Aviso Prévio Trabalhado" e de suas incidências e reequilíbrio econômico-financeiro.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 21/2020, com fundamento no artigo 57, inciso II; artigo 65, inciso II, alínea "d" c/c § 5º e artigo 58, § 1º todos da Lei n. 8.666/1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATANTE:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAFS, Quadra 06, Lote 01, Trecho III, Brasília-DF, representado por seu Secretário de Administração, **LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 097.834.401-44, portador da Cédula de Identidade n. 402.686, expedida pela SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA:

G.S.I SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 15.219.654/0001-88, com sede na QOF QN 07, Conjunto 1, Lote 05, 1º andar, Riacho Fundo I, Brasília/DF, neste ato representada por sua Proprietária, **KELLY FRAGOSO SOUZA**, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 602.612.261-34, portadora da Cédula de Identidade n. 1.229.617, expedida pela SSP/DF, residente e domiciliada nesta Capital.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constituem o objeto do presente aditamento a prorrogação de vigência contratual com a redução dos percentuais das rubricas do "Aviso Prévio Trabalhado" e de suas incidências e o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1 A vigência do Contrato STJ n. 21/2020 fica prorrogada por mais 20 (vinte) meses, correspondendo ao período de 02/11/2021 a 01/07/2023.

2.2 Os percentuais das seguintes rubricas ficam reduzidos, para o novo período contratual, em conformidade com a previsão disposta nos itens 6.3, 6.3.1, 6.3.1.1 e 6.3.1.2 do Contrato STJ n. 21/2020:

- a) “Aviso Prévio Trabalhado”, de 0,28% para 0,194%;
- b) "Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado", de 0,10% para 0,07%; e
- c) "Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado", 0,040% para 0,006%.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO

3.1 Os valores referentes ao vale-transporte, constantes do Anexo V - Valores das Tarifas - Auxílio Transporte do Termo de Referência, versão 8, ficam majorados, a contar de 28 de fevereiro de 2021, de acordo com a Deliberação n. 64, de 23 de fevereiro de 2021, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e passarão a vigorar conforme quadro abaixo:

Valor médio da tarifa Residência/Rodoviária			
Local de residência	Quantidade de postos	Valor unitário	Total
Distrito Federal	8	R\$ 5,50	R\$ 44,00
Águas Lindas - GO	1	R\$ 7,80	R\$ 7,80
Luziânia - GO	1	R\$ 7,40	R\$ 7,40
Santo Antônio do Descoberto - GO	1	R\$ 7,30	R\$ 7,30
Valor médio			R\$ 6,05

PERCURSO	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE (A)	QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO (B)	TOTAL (C=AxB)
Residência/Rodoviária	R\$ 6,05	22	R\$ 133,10
Rodoviária/Residência	R\$ 6,05	22	R\$ 133,10

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO VALOR DO CONTRATO

4.1 O preço mensal dos serviços do Contrato STJ n. 21/2020 fica definido conforme planilhas constantes do Anexo deste termo (2429889), abaixo discriminadas:

- a) R\$ 56.598,08 (cinquenta e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e oito centavos), para o período de 28/02/2021 a 01/11/2021, referente ao item 3.1 deste termo; e
- b) R\$ 56.557,60 (cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), para o período de 02/11/2021 a 01/07/2023, referente aos itens 2.1 e 2.2 deste termo.

4.1.1 Para o período de 02/11/2021 a 01/07/2023 fica resguardado o direito a reajuste e a repactuação de preços, nos termos da Cláusula Oitava do contrato.

4.2 O valor do Contrato STJ n. 21/2020 fica estabelecido abaixo, conforme planilhas constantes do Anexo deste termo (2429889):

- a) R\$ 1.109.741,56 (um milhão, cento e nove mil, setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), *pro rata* para o período de 02/03/2020 a 01/11/2021; e
- b) R\$ 1.131.152,00 (um milhão, cento e trinta e um mil, cento e cinquenta e dois reais), para o período de 02/11/2021 a 01/07/2023.

4.3 O valor mensal limite a ser retido em conta vinculada permanece em R\$ 7.168,70 (sete mil, cento e sessenta e oito reais e setenta centavos), conforme fl. 6 da planilha constante do Anexo deste termo (2429889), devendo ser ajustado conforme a quantidade de profissionais e postos de trabalho efetivamente disponibilizados durante o mês.

4.4 A despesa decorrente deste aditivo correrá à conta do Programa de Trabalho e da Natureza de Despesa informados no Contrato STJ n. 21/2020, consignada no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1 A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE garantia contratual, conforme valores indicados abaixo, nos termos da Cláusula Décima Sexta do Contrato STJ n. 21/2020 e do artigo 56, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, com validade durante a execução do contrato e noventa dias após o término da vigência contratual:

a) no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura deste aditamento, garantia contratual complementar no valor de R\$ 44,02 (quarenta e quatro reais e dois centavos), em razão do reequilíbrio econômico-financeiro previsto no item 3.1 deste aditamento; e

b) no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do início da nova vigência contratual, garantia contratual no valor de R\$ 56.557,60 (cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), referente à prorrogação contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente instrumento vigorará a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO

7.1 A CONTRATADA **ratifica** que não emprega menor de **dezoito** anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de **dezesesseis** anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de **quatorze** anos e **declara** que não possui, **em seu quadro societário**, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos Ministros do STJ, bem como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e de assessoramento, e, que não incide no impedimento de contratação previsto no inciso III do art. 9º da Lei n. 8.666/1993 e nem nas vedações do inciso XI do artigo 19 da Lei n. 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO/2021).

7.2 A CONTRATADA declara que, durante a vigência do Contrato STJ n. 21/2020, não serão alocados, no Superior Tribunal de Justiça - STJ, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, bem como de membros do Tribunal, nos termos da Resolução CNJ n. 7/2005, com a redação que lhe fora conferida pela Resolução CNJ n. 229/2016.

7.3 A CONTRATADA declara estar ciente de que a Portaria STJ n. 293 de 31 de maio de 2012, indicada no item 5.2 do Contrato STJ n. 21/2020, foi revogada pela Instrução Normativa STJ/GDG n. 15 de 12 de novembro de 2020, que passa a instituir a política de sustentabilidade do CONTRATANTE.

7.4 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato que não contrariem o presente aditamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 De conformidade com o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei n. 8.666/1993, o presente instrumento de aditamento será publicado no Diário Oficial da União, em forma de extrato.

CLÁUSULA NONA - DOS ANEXOS

9.1 A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXO e parte integrante e inseparável deste Termo Aditivo, para todos os fins e efeitos jurídicos, o *link* citado nos itens 4.1, 4.2 e 4.3, que está individualmente identificado neste termo pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.

E, estando justos e contratados, os representantes das partes assinam eletronicamente o presente aditamento para que surtam os devidos efeitos legais.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO

Secretário de Administração
Superior Tribunal de Justiça

KELLY FRAGOSO SOUZA

Proprietária
G.S.I Serviços Especializados Eireli



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2457903** e o código CRC **12033C4A**.